

ERA DAS CONTRADIÇÕES: O DIREITO AO ESPAÇO OU O FIM DA HISTÓRIA DAS CIDADES?

Exzolvildres Queiroz Neto*
 Gilson Batista de Oliveira**
 Dirceu Basso***
 Regis da Cunha Belém****
 Claudia L. B. Soares*****

Resumo

O objetivo deste texto é analisar a temática do espaço urbano à luz do debate teórico, pois, os referenciais teóricos nos convidam a abraçar o devir, a multidimensionalidade, a contradição, os processos e chamam a atenção para a complexidade do espaço urbano e a necessidade do alvorecer de ações e reflexões menos fragmentadas, isto é, planejadas para abranger a totalidade dos problemas das cidades. Surgem concepções ligadas à “desordem”, ao “caos”, à “inabitabilidade” e a busca por soluções pragmáticas, mas, por vezes, descontextualizadas ou balizadas pelo discurso da eficiência de forte viés economicista e instrumental. Nesse sentido, a temática central presente nesse artigo busca contribuir para uma gestão pública mais eficaz, principalmente, mostrando as carências do processo de planejamento no âmbito das cidades, com especial consideração ao caso brasileiro.

Palavras-chave: urbano, cidades, planejamento.

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar el tema del espacio urbano a la luz del debate teórico, por lo tanto, la teórica que nos invitan a aceptar el devenir, la multidimensionalidad, la contradicción, los procesos y llamar la atención sobre la complejidad del espacio urbano y la necesidad de amanecer de los pensamientos y las acciones menos fragmentado, es decir, diseñados para cubrir todos los problemas de las ciudades. Conceptos aparecen ligados a "desorden" y el "caos", el "inhabitable" y la búsqueda de soluciones pragmáticas, pero a veces fuera de contexto o impulsado por el discurso de la eficiencia y el sesgo economicista instrumentales fuerte. En este sentido, el tema central presente en este artículo tiene como objetivo contribuir a una administración pública más eficaz, sobre todo, mostrando las deficiencias del proceso de planificación dentro de las ciudades, con especial atención al caso de Brasil.

Palabras-clave: urbano, las ciudades, la planificación.

* Doutorando em Engenharia Agrícola – UNICAMP. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* queiroz.neto@unila.edu.br

** Doutor em Desenvolvimento Econômico – UFPR. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* gilson.oliveira@unila.edu.br

*** Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Rural – UFRS. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* dirceu.basso@unila.edu.br

**** Mestre em Desenvolvimento Rural – UFRJ. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* regis.cunha@unila.edu.br

***** Doutora em Ciências Humanas – UFSC. Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* claudia.soares@unila.edu.br

Introdução

Na contemporaneidade quando se defronta com a cidade o recorte mais comum e, por vezes, apossado pelos vários setores da sociedade (atores sociais, instituições públicas e privadas, a mídia e alguma parcela da academia), nos dá conta da “perda de controle” do espaço urbano. Neste sentido, o objetivo deste texto é analisar a temática do espaço urbano à luz do debate teórico, pois, os referenciais teóricos nos convidam a abraçar o devir, a multidimensionalidade, a contradição, os processos e chamam a atenção para a complexidade do espaço urbano e a necessidade do alvorecer de ações e reflexões menos fragmentadas.

Mas se por um lado a realidade se apresenta desnuda de idealismo, tendo em vista a segregação socioespacial e os diversos níveis de desigualdades gerando a exclusão, pelo menos no Brasil, por outro encontra abrigo em concepções funcionalistas do espaço. Surgem concepções ligadas à “desordem”, ao “caos”, à “inabitabilidade” e a busca por soluções pragmáticas, mas, por vezes, descontextualizadas ou balizadas pelo discurso da eficiência de forte viés economicista e instrumental. Sendo assim, evoca-se (clamor uníssono na sociedade) a necessidade de uma gestão pública mais eficaz e, principalmente, a necessidade de planejamento. Mas planejar é preciso?

O conceito de gestão, estabelecido, mormente, no ambiente corporativo e ligado à administração, vem adquirindo crescente popularidade em conexão a outros campos e atividades. Há certo risco se tomarmos o termo gestão como substituto de planejamento. Não se trata, por suposto, de uma questão semântica. As representações, ações, reflexões e proposições são diferenciadas e tendem a ter objetivos distintos mesmo que, complementares.

Sendo assim, uma questão pode ser instilada: relativo à cidade trata-se mais de planejar do que de gerir ou vice-versa? Sem embargo, em um planejamento é fundamental estabelecer objetivos, evitar ou minimizar percalços e ampliar margens de manobra; a gestão, por sua vez, é a efetivação, ao menos em parte, pois, é

aconselhável considerar o imprevisível e o imponderável.

A questão que se coloca à gestão urbana mecanicista, influenciada pelas múltiplas escalas (municipal, estadual, nacional e global), é a de como problematizar a realidade? O arcabouço do planejamento e da gestão urbana, no Brasil, apresenta conteúdo e capacidade de responder a esta pergunta, mas de forma linear e desarticulada do espaço. Em termos de pressupostos, com vistas ao espaço urbano e na perspectiva da produção social do espaço, pode-se alegar que o processo de planejamento e gestão do espaço urbano deveria considerar como constante, entre as múltiplas variáveis, os contextos e as suas complexidades. Estaria ocorrendo na gestão pública, das cidades brasileiras, certo “renascimento” do conceito e de ações voltadas para o planejamento?

Os problemas que se configuram, na contemporaneidade, requerem uma abordagem multidimensional e difusa. Outro fator limitante à compreensão dos problemas, apresentados por uma realidade, é a percepção limitada das qualidades humanas, em seus contextos, mas uma sobrevalorização da racionalidade instrumental calcada nos interesses econômicos.

Destarte, a “contingência” requer do planejamento e da gestão uma potencialidade de superar limites e fronteiras que, perpassam as relações com o ambiente. Pressupõe, também, a conexão dos subsistemas nas múltiplas escalas e a possibilidade de transpor o que já é efetivo, pois, o espaço urbano gera múltiplas dimensões (espaço-tempo): sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais.

Sem embargo o espaço é o palco da imbricação de ações, reflexões, conflitos, contradições e interesses. Logo, é fundamental uma perspectiva socioespacial, quando se vislumbra a solução de problemas em uma realidade urbana complexa, mutante e migrante.

Há um “Estado da arte” do espaço urbano?

Ao se estabelecer um histórico, dos processos brasileiros de ordenamento territorial, planejar representava o símbolo

do autoritarismo, principalmente, no período militar (décadas de 1960 a 1980) o que se pode creditar ao distanciamento da realidade sócio-política e ambiental do país. Neste contexto os poderes locais, fustigados por uma crise financeira do Estado, enfatizavam a solução de problemas imediatos e pontuais, notadamente os sociais, apesar da retórica do desenvolvimento.

Logo, é factível questionar: quem é o sujeito da ação e quem sofre a ação? Assim, quais seriam os objetivos de um ordenamento territorial e suas funções na *práxis* (a prática inserida na ação-reflexão política)? A negligência do Estado (sujeito ou objeto das transformações) nos vários níveis – municipal, estadual, federal – em dar respostas aos graves problemas sociais e ambientais, no espaço urbano, é apenas a constatação de que não se pode mais contar com o modelo de decisões centralizadas seja pela falta de recursos ou pelas demandas da sociedade (*práxis* do cotidiano).

Entre tantas construções da Modernidade, nos diversos campos da ação humana, há, por suposto, uma estrutura complexa a partir de um “contrato”. Instaurou-se um tácito arranjo e, também, uma deliberada instituição entre Estado, Sociedade e Mercado (a partir do Ocidente desde as relações mercantilistas ao capitalismo contemporâneo). Talvez seja, na história humana, juntamente com a cidade, o mais duradouro paradigma, pois, abarca em seu escopo os processos sociais, políticos, culturais e ambientais pela via economicista que, de uma forma ou de outra balizaram e balizam, até a contemporaneidade, a produção do espaço pela perspectiva do valor de troca e não pelo valor de uso.

Obviamente cada construção-desconstrução material, imaterial e simbólica (Estado – Sociedade – Mercado) deve ser analisada a partir de referenciais epistemológicos que, dão sustentação teórica e conceitual a este complexo arranjo. Desde o século XIX há uma polarização entre duas correntes, predominantes, de pensamento que, buscam explicar este “contrato”; tendem ora para uma vertente liberal ora para uma marxista. Entretanto, demonstram os fatos e as teorias que, sob o ponto de vista econômico, mas também sociológico, ocorreu a construção de uma estrutura dicotômica entre o público e o privado. Aqui se deve mencionar que, o público abrange,

principalmente, as ações do Estado como cunha em um processo da sociedade (os atores sociais enfrentam Estados democráticos ou autoritários na correlação de forças e poder envolvendo os aspectos políticos) e o privado diz respeito às ações de acumulação que, se desdobram em outra dicotomia, e talvez a mais monolítica, a relação capital-trabalho. Para além da dicotomia capital-trabalho, Santos (2007, p. 61) nos diz que “há diferentes formas de opressão e de poder, e que talvez não seja possível determinar, em geral, para todo o mundo, o que é sempre mais importante em uma luta.” Assim, as relações espaciais urbanas ou rurais (acentuadamente as relações urbanas) aparecem como pano de fundo, de um “cenário” que se quer apropriado pelo viés economicista, mais do que como produção das ações humanas. Há, sem embargo, uma valorização do processo de produção e reprodução econômica à revelia da história dos lugares o que gerou a desigualdade e a exclusão.

Harvey (1976) chama a atenção para uma representação nas relações do modo de produção e de reprodução onde o Estado apresenta uma autonomia relativa, sendo simultaneamente “sujeito” e “objeto” ou, concomitantemente, parte e totalidade na dicotomia modo de produção e de reprodução da economia. Logo, o Estado capitalista, como agente de transformação, é “sujeito” ou “objeto”? Esta dimensão simbólica, não deve ser entendida como mais uma dicotomia, é, antes, uma correlação de agentes que atuam na conformação da sociedade e do mercado.

O Estado, como “sujeito” da ação, predispõe o espaço urbano à dimensão do planejamento, do controle, da integração e, deveria, aplacar as contradições de um sistema capitalista que barganha o acesso à utilização do espaço. Mas a integração social, entendida aqui como superação da exclusão social, quem a promove? Seria preferencialmente o Estado ou caberia, na mesma proporção, à sociedade e ao próprio mercado? O Estado, por suposto “objeto”, é refém da dinâmica da visão econômica de troca, pois, o capitalismo produz, na cidade, espaços sem espaços, conforme Lefebvre (1999), isto é, espaços destituídos das ações e reflexões cotidianas.

A gestão pública, como eixo medular do espaço urbano, pode induzir funcionalmente diferentes elementos da cidade. Contudo, o Estado, pelo menos no Brasil, acaba por ser um dinamizador da economia a partir da “renda da terra” (solo urbano) pelas suas “intervenções” planejadas ou não. Por vezes, o próprio Estado imbuído de propósitos de atenuação das desigualdades pode reforçar a exclusão, principalmente, através de obras de infraestrutura viária: o acesso ao “estoque de terras”, para a especulação imobiliária (processos de investimentos como ativo financeiros), de uma “periferia incógnita” (dimensões espaciais no limbo do valor de troca). Nestas “periferias incógnitas” há todo tipo de uso do solo desde os formalizados, pelo próprio Estado, aos de uso “não formal”, também, podem ser viabilizados pelo próprio Estado, mas, principalmente, pelas estratégias mercadológicas da terra como ativo financeiro.

Martins (1999) assevera que o domínio da lógica econômica é assegurado pela política. Para o autor seria “uma valorização das coisas às custas da desvalorização do homem”, portanto, a imposição da acumulação de capital conduz ao esvaziamento de sentido histórico. Esta constatação abrange tanto o espaço urbano, quanto o Estado. Assim, na medida em que a acumulação se sobrepõe aos interesses da sociedade, entendendo que entre eles se encontra a economia, o Estado, e mesmo as instituições e a própria sociedade, não reconhece a totalidade do espaço urbano.

Concomitantemente, o processo econômico brasileiro, voltado para fora, destituiu de investimentos socioambientais tanto a cidade, quanto o campo. Neste sentido, ocorreu a negação do campo, refém da idéia do atraso, a partir da manutenção da estrutura fundiária concentradora e da retórica urbana voltada para a acumulação com base no processo de industrialização. Uma urbanização com acumulação de capital, principalmente, nos setores industriais e financeiros e certo populismo urbano, no caso brasileiro, contemporizando o processo de “implosão-explosão” da cidade.

Sendo assim, Harvey (1990) é fundamental para o entendimento desta

realidade dinâmica complexa (que suplanta a própria dimensão da cidade) ao chamar a atenção que a cidade é um produto da produção, também social, e não, somente, de um mercado de consumo. Portanto, um valor de uso complexo, onde cada parte articula um sistema espacial urbano. Assim, o Estado deveria agir como elemento amálgama na busca de aplacar as contradições. Para Harvey (1990) a contradição, que se entende como balizar, é a de que cada capital privado busca suas vantagens, mas ao fazer cria obstáculos para a formação dos efeitos úteis da aglomeração e gera, desta feita, um processo cego da concentração do capital.

O “Estado da arte” do espaço urbano é superar os “pontos cegos” que, se não impedem uma perspectiva espacial da cidade, obstruem a visão da produção social do espaço para além de um mercado (uma concepção economicista).

Seria a cidade: uma construção ou uma desconstrução durável?

Obviamente que, para entender a construção e a desconstrução (material, imaterial e simbólica) da cidade é fundamental um caminhar pela história. Contudo, o que se apura deste processo é a ânsia pela mudança que permeia o espaço urbano. Desde as cidades da antiguidade (nem sempre um local de habitação, mas de veneração) à cidade modernista e industrial. Na contemporaneidade há o confronto da fluidez (principalmente dos meios informacionais e de circulação) com os processos de acumulação baseados na lógica Taylorista-Fordista (a produção em série e estrutural). Entretanto, é possível vislumbrar uma permanência no que tange aos processos de “ordenamento territorial” da urbanização, quanto aos seus efeitos sociais e ambientais. Neste sentido, o espaço (pelo menos no Ocidente) é mais forma do que conteúdo, em outras palavras, admite-se o espaço mais como produto do que como processo de uma dialética da realidade.

Benévolo (1994) nos instiga a revolver a história em busca da cidade em meio às grandes mudanças no decorrer da industrialização. Em sua abordagem valorizar mais o conteúdo (da cidade

fordista) do que a forma espacial em si. Para o autor a origem da cidade (o processo urbano-industrial) se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente. Espacialmente, a cidade permite a coexistência de vários modos de produção. A fábrica, segundo o autor, é um fenômeno urbano, mas a industrialização é resultado do super dimensionamento da economia.

A cidade, talvez seja correto falar em cidades, seria o marco mais perene na dramaturgia humana o catalisador das aspirações e das contradições. Para além das distinções, sobre o conceito de urbano ou de rural, não se deve admiti-las, somente, como significados isolados, mas como significantes dos processos de territorialização e representação do espaço e da própria afirmação do conceito de cidade.

Contudo, a noção de transposição de lógicas ou modos de vida entre rural, urbano e industrialização nos remete a uma questão que surge em meio aos processos de urbanização: não ocorreu no processo de urbanização, necessariamente, mudanças em aquilo de novo que se construiu, mas pelo simples abandono das estruturais tradicionais? Sendo assim, a cidade não desconstruiu o processo humano de produção do espaço, em si, mas, talvez tenha implantado uma lógica de múltiplas e simultâneas estruturas a partir do urbano. Seja como for parece ter havido, no século XX, uma grande ênfase na urbanística, isto é, possibilidades de um urbano que se quer complexo, dialético, e não, somente, engendrado pela dicotomia capital-trabalho. O liberalismo no século XIX (no Ocidente evidentemente) preocupou-se mais com a racionalidade econômica instrumental. Neste mesmo período, por suposto, ocorreu o distanciamento da “esquerda” do debate sobre a urbanística. Assim, pressupõe-se que o distanciamento da “esquerda”, e o aprisionamento da dialética à dicotomia capital-trabalho, reforçou o aspecto técnico (*expert*) em torno do pensar o espaço, seja ele rural, mas principalmente urbano, empurrando a temática urbana (a urbanística) para o âmbito do conservadorismo e do funcionalismo em termos de planejamento e gestão. Devemos admitir que, a racionalidade técnico-instrumental sobrepôs-se à dialética da *práxis* (a dimensão política da cidade).

Assim, a cidade é construída e desconstruída a cada dia, a cada instante? A cidade é um símbolo do efêmero ou do devir?

Não; nem tanto. Lefebvre (2001) pode nos redimir ao nos confrontar com, a preexistência da cidade à industrialização e ao próprio capitalismo liberal. Por conseguinte, a complexidade é a tônica (uma construção-desconstrução durável), a urbanística uma dialética da ação-reflexão.

O xadrez das cidades e a (im)possibilidade de planejamento: considerações sobre o caso brasileiro

Características de arte e ciência são encontradas nas composições enxadrísticas e em sua teoria que abrange aberturas, meio-jogo e finais, as fases em que subdividem o transcorrer do jogo. O xadrez, por ser um jogo de estratégia e tática, não envolve o elemento sorte. A única exceção, nesse caso, é o sorteio das cores no início do jogo, já que as brancas sempre fazem o primeiro movimento e teriam, em tese, uma pequena vantagem por isso. Essa teoria é suportada por um grande número de estatísticas, embora alguns especialistas não aceitem a existência de tal vantagem.

O xadrez da cidade, por suposto, é um jogo de múltiplas variáveis, linguagens, paisagens, objetos, ações, visões de mundo, elementos materiais, imateriais e simbólicos. Por se tratar de um espaço racional (concepção mais ampla) é alvo de várias estratégias e de territorializações. Entretanto, o deslocar das peças não prescindem do transitório e das probabilidades. O desenho deste jogo não manteve as “regras”, totalmente rígidas ao longo da história, mas é verdade que a cidade produz a si mesma. Uma produção composta de múltiplos saberes, contudo, desde o século XIX, há uma tendência à homogeneização instituída pela lógica urbano-industrial. Assim, de múltiplos “espaços vividos”, joga-se em prol da unicidade da técnica que abrange desde a construção, os processos, à circulação, a forma, o conteúdo, as ações e, às vezes, as reflexões. É bem verdade que os múltiplos contextos desnudam esta unicidade e deixam fluir as possibilidades. Logo, o espaço e o tempo que são indissociáveis, se conflagram

no jogo do espaço urbano. Há uma pretensa sobreposição do tempo, em relação ao espaço no jogo dos diversos interesses. Ora, a quem interessa o “avanço” do tempo configurado pela circulação? No arcabouço da modernidade o espaço é apropriado como sendo fixo e o tempo (história) se consubstancia no fluxo, na mudança. Este equívoco superestima o fluxo. Assim, o espaço é tomado parcialmente (alienação espacial) o que contraria as análises de Milton Santos (2002) que admite a produção social do espaço composta de fixos e fluxos. Por ser uma construção social, a cidade (e o espaço urbano) é complexa, efêmera e duradoura em sua essência. Assim, o espaço urbano, da contemporaneidade (que pode ocorrer, também, no espaço rural), é um jogo do uso dos recursos comuns no espaço-tempo da cidade, sem embargo, um paradoxo da sustentabilidade. O que nos conduz à transdisciplinaridade espacial, aos significados e às contradições das regras do jogo, o caleidoscópio urbano. Para Harvey (1995) a queda das barreiras espaciais reforçou, paradoxalmente, o significado do que o espaço contém. Contudo, Castells (1999) diz que as redes não prescindem do lugar (para além da noção de localização) ao contrário da lógica econômica predominante. De acordo com Vainer (2000) os processos que transformam o debate urbano em questões de produtividade e competitividade nada mais são do que o “afunilamento” das técnicas para imprimirem a unicidade (SANTOS, 2002) com vistas à derrubada das barreiras (sentido amplo) e, assim, aumentarem os ganhos e se valerem dos fluxos internacionais. Por suposto, a civilização humana não prescinde do espaço, mas as ações e suas lógicas anseiam por libertar-se do lugar. Como se constroem, portanto, os discursos sobre a cidade, há regras imprescindíveis?

De fato, a cidade produz informações sobre si mesma (instituições públicas e privadas, universidade, cinema, literatura, arte, linguagens). Conforme Arantes (1996), a construção do discurso, sobre a cidade, se enreda nos planos teóricos e práticos das intervenções urbanas. A autora divide a abordagem da cidade, a partir do passado (não muito distante), sob o domínio da racionalidade [instrumental, na nossa

perspectiva], funcionalidade, salubridade, eficiência e ordenação das funções pretensamente em nome da sociedade. Na contemporaneidade, em contrapartida, predomina a representação simbólica, o princípio máximo da flexibilidade e o *desing* de microespaços o que desloca, um pouco, o ângulo regional da cidade.

Os anos de 1990, do século XX, desnublaram, espacialmente, a inércia dos processos político-econômicos do pós-guerra com vistas ao desenvolvimento. De um referencial keynesianista, na territorialização estatal dos processos econômicos, à concepção liberal extremada (o resgate da utopia do livre mercado, aqui inserida no escopo técnico-científico voltada para uma perspectiva empresarial) com a valorização da lógica econômica, concepção de rede, em detrimento dos processos sociais, culturais (contextos), históricos. Estes processos tendem a imprimir a reducionista dialética local-global. A despeito de ocorrer, paralelamente, a ampliação do debate ambiental e da construção, mais efetiva, das representações multiculturalistas. Obviamente, estes eventos ao repercutirem no espaço-urbano (território) impõem à cidade, em suas múltiplas representações, um palco privilegiado para o amálgama de múltiplos e simultâneos processos, funções, formas conteúdos e ações. A cidade, é bom frisar, permite a articulação entre os diversos atores sociais de forma transescalar. Vainer (2002) procura trabalhar o conceito de escala, para além da dimensão espacial no que tange as medidas. A escala é um conceito fundamental para a compreensão do espaço, e, portanto do tempo, mas deve ser entendida a partir da inter-relação das diversas variáveis. De fato, uma escala (determinado nível) contém, diacronicamente, os outros níveis e cada um destes níveis apresenta variáveis que se alternam em múltiplas dimensões. Portanto, conceituar a escala é relativamente simples, quando se tem em mente a dimensão da proporcionalidade, mas se torna complexa ao admitirmos a dimensão da inter-relação dos fatos e suas variáveis. Mesmo que sejam novas-velhas questões retrabalhadas. Mas o que é a escala local? Seria o contexto? Como traduzir o contexto em suas multiplicidades e complexidades? De fato,

todo contexto é representado por sua história (tempo) uma construção espacial e as ações para a construção do espaço. O que há de “novo” para o espaço?

Por suposto, o gerenciamento assumidamente empresarial: “ressuscitou” o planejamento? Assim, na concepção de Castells e Borja (1996) as cidades somente se tornarão protagonistas se forem, devidamente, dotadas de um planejamento estratégico (para enfrentar a globalização). Neste jogo de estratégias o planejamento é uma epistemologia, uma metodologia ou uma função? Pode se asseverar, sem embargo, que o planejador se mimetiza, cada vez mais, com o seu “tradicional adversário” o empreendedor? Seja como for, a gestão e o planejamento urbano, para além das questões teóricas, é uma temática que envolve a percepção de uma realidade mais imediata com nuances de regionalização. É, por suposto, a representação de um contexto que está em constante transformação. Assim, o acesso aos bens e recursos públicos e os usos, que são feitos dos mesmos, constituem a base dos dramas humanos, no espaço urbano brasileiro, gerados pelo discurso da eficiência tendo como referencial a maximização dos lucros ancorados no mercado imobiliário. No cerne desta discussão está o tema do desenvolvimento. Trata-se de um tema (ou crença) amálgama de vários elementos teóricos, quanto de políticas públicas, além da própria inserção no contexto capitalista de parcela da população de excluídos. É um processo de equilíbrio dinâmico, das variáveis envolvidas, em termos de planejamento e de gestão das interações que se processam entre as variabilidades econômicas e sociais, por um lado, e as variabilidades naturais (os riscos ambientais), por outro – tanto no espaço quanto no tempo. Nestes termos, Maricato (2000) antevê o predomínio de Planos (excesso de normas e concepções a priori) de governo, em detrimento dos Planos de Estado (políticas institucionais), que, por vezes, são descontextualizados, pois, há um recorrente desconhecimento da realidade sócio-cultural e sócio-espacial. Segundo, a autora, persiste a recorrente ausência de Planos de Ação para que, as intenções se materializem no tempo e no espaço. Assim, as constatações de Maricato (2000) levantam a hipótese de uma crise das

matrizes espaciais: a) modernista/funcionalista; b) do Estado racional, providência e keynesiano; c) da relação público/privado; d) do plano do discurso (matriz postíca da viabilidade – mudanças de denominações dos Planos visando a fuga do desprestígio); e) da produção massiva de cidade (fordismo). Há uma consonância de autores em constatarem o cerne da questão estrutural urbana a partir da estrutura fundiária, brasileira, excludente e espoliadora (COSTA, 1988; MARICATO, 1994 e 2000; CARDOSO, 1997).

No processo de (re)democratização do Brasil, para além de uma concepção ideológica, quando se trata de questões espaciais, especialmente do espaço urbano, surge o “espaço mítico” das deliberações envolvendo os Planos Diretores. Assim, o Plano Diretor, que não rompe na maioria dos casos apresentados com as matrizes espaciais decadentes, reifica um pretense Plano de Ação democrático. Ocorrem sobreposições de conceitos, normas e intenções de forma prescritiva que, em muitos casos, conduzem ao autoritarismo com vistas à eficácia. No caso brasileiro as matrizes envolvem, aqui de forma sucinta, o espaço, a teoria, a legislação, o planejamento, a gestão e a própria democracia/cidadania. Portanto, que discurso, sobre a cidade, deve ser apropriado na contemporaneidade?

Para Arantes (1996) fala-se menos em planejamento e mais em requalificação ao transitar-se do domínio da técnica para o vasto domínio do cultural. Assim, tudo virou cultura, tudo é passível de associações simbólicas. Produz-se ode ao contextualismo de variadas combinações e colorações: existencialismo e estruturalismo, lingüística, antropologia e historicismos de tinturas marxistas e revivalistas. Nestes termos Arantes (1996) aproxima-se das análises de Harvey (1991) ao discorrer sobre o pós-modernismo. Harvey (p. 70), ao analisar o pós-modernismo, nos diz sobre o cultivo de um “[...] conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros.” Logo, desponta nas análises dos autores uma recorrente

ambigüidade contextualista sobre o espaço urbano a partir do exercício da diferença cultural. Desenha-se o, suposto, amálgama de diferentes culturas, mas que, de fato, se consubstancia em uma funcionalidade cultural. Por seu turno Zukin (1996, p. 207), analisa a cidade em meio a ambigüidade que se descortina pelo espaço onde “os sítios específicos da cidade moderna são transformados em espaços liminares pós-modernos, que tanto falseam como fazem a mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico.”

A contemporaneidade expõem a complexidade da configuração espacial urbana a partir do uso e ocupação do solo. A terra, no Brasil, é um elemento amálgama do processo de produção do espaço. Desde o período colonial, passando pelo Império e a República, e mesmo na contemporaneidade, não ocorreu uma democratização do acesso a terra, seja no espaço urbano ou rural, mesmo havendo leis como os Estatutos da Terra e da Cidade. Formou-se no Brasil um mercado de terra transacionável aos moldes dos ativos financeiros. Assim, tanto o setor público (investimento em infra-estrutura), quanto o privado (incorporações e loteamentos) geram novas demandas por bens e serviços públicos independente da função social da terra. Neste sentido, Costa (1997) alega que há uma tendência de se trabalhar numa perspectiva espacializada, isto é, o espaço como continente, uma forma sem conteúdo socialmente produzido, a partir de simples reflexões das relações sociais de produção. Muito diferente de uma análise sócio-espacial que considera a produção social do espaço e todas as variáveis que, advém deste processo. Choay (1979), a seu turno, chama a atenção para as duas vertentes predominantes sobre o espaço: 1) culturalista e 2) progressista/racionalista sendo esta a que tem mais repercussão no caso brasileiro. É possível que, no Brasil, a análise sócio-espacial seja substituída pela imposição da idéia de progresso o que, teoricamente, justificaria a prática de planejamento e gestão descontextualizada, portanto, sem a *práxis*.

Assim, o espaço urbano se configurou, e se configura, como o embate entre o público e o privado, de um lado o

Estado e a sua burocracia impregnada de agentes que visam, em muitos casos, os interesses particulares e o setor privado que reforça, via discurso da propriedade, a necessidade de expansão da demanda descolada da totalidade. Logo, são parcelas do solo urbano que, a partir da demanda, se caracterizam em pseudos configurações do espaço, pois, não há uma interação com o todo da cidade.

Camargo (1975) e Kowarick (1979) chamam a atenção para a importância do papel do Estado e a sua possível omissão, quanto à dimensão espacial da cidade. De fato a tensão entre público (coletivo) e privado parece ser, momentaneamente, resolvida, quando o cidadão vislumbra a propriedade (lote, casa, apartamento, terreno) como uma forma de fazer parte da cidade (COSTA, 1994). Destarte, o acesso à cidade se faz via propriedade o que, poderia explicar a “omissão” do Estado, por um lado, e a “lógica da desordem” a partir dos interesses do capital imobiliário. Não há, nestes termos, uma dialética do espaço.

O planejamento no Brasil, de forma sucinta, consubstanciou-se a partir de, pelo menos, duas vertentes, 1) visava o projeto do “Brasil potência” e o corolário de investimentos econômicos e 2) apresentava um cunho militar voltado para o conceito de segurança nacional. Assim, ambas as vertentes confluíam em direção ao autoritarismo. Malgrado ter sido um dos períodos de maior produção de processos de planejamento e, igualmente, de vultosas análises descontextualizadas. Há no planejamento territorial, seja urbano ou rural, certo cortejar com a ideia de ordenamento. O que faz lembrar Baudrillard (1991), ao analisar a fábula de Borges, sobre um dado império onde os cartógrafos desenhavam, minuciosamente, o mapa que acabava por encobrir o próprio território. Qual a relação? No Brasil a ordenação territorial antecede o próprio território através de uma miríade de legislação e normas que, suplantam o plano, isto é, o planejamento é relegado ao esquecimento em prol das normas (burocracia taylorista e dos tipos ideais weberianos) que, na maioria dos casos, não encontra abrigo na realidade. Monte-Mór (2007) faz uma, contundente, análise do arcabouço político-institucional do planejamento. Evidencia, o autor, o

descompasso entre o ambiente institucional e a vida real no território, principalmente, nas cidades. Fica claro que o autoritarismo do período militar, antes de ser uma novidade no Brasil, rompe o diálogo da *práxis* (ação política) entre os diversos atores institucionais e a sociedade. O que parece temerosa, entretanto, não é reconhecer as mazelas de um planejamento autoritário mas, conviver com uma pseudo-democracia territorial. Neste escopo escondem-se armadilhas conceituais e de ações com vistas a minimizar as contradições e o reconhecimento de concepções antagonicas (CAMPOS, 1989).

Entretanto, há perspectivas que se vislumbram, na contemporaneidade, uma vez que o “espaço vivido” traz ao território novos problemas e questões. Mesmo que sejam “novas-velhas questões” retrabalhadas o que, denota certa insatisfação com a falta de um plano, pior, de um plano de ação nas diversas escalas: municipal, estadual e federal. O debate, pós-ditadura militar, sobre o planejamento e a gestão públicos no Brasil pode ser compreendido da seguinte forma: a) o movimento em prol da Reforma Urbana no período da redemocratização do país; b) o reconhecimento do *status* de política pública do Plano Diretor após a aprovação do Estatuto da Cidade (2001); e c) o Planejamento Estratégico como o discurso da eficiência a partir de objetivos centrados no conceito do Estado-mínimo sob os auspícios do neoliberalismo. Para tanto, ações e proposições devem considerar essas múltiplas variáveis pelas instituições públicas, privadas àquelas de cunho individual. Pela via institucional é mais barato regulamentar do que monitora a informação nos locais mais susceptíveis ao risco, por exemplo. A rubrica territorial do desenvolvimento sustentável traduz, concomitantemente, os anseios de instituições e da população que oscila das constatações empíricas, os limites do discurso, e a necessidade de se sentir participativa de algum modo.

Na contemporaneidade, tendo em vista a complexidade da vida humana, há um discurso uníssono, nos diversos setores da sociedade, pela conciliação com o meio ambiente. Esses setores envolvem o consumo, o modo de vida, a ciência, o saber local, entre outros, que formam o arcabouço dos processos do sistema Sociedade-

Ambiente e expõem as contradições do modelo urbano-industrial implementado no Brasil.

O contexto dos anos de 1980 na irrupção dos debates sobre a Reforma Urbana, com participação dos movimentos sociais tendo em vista a ação coletiva, paulatinamente, cede espaço à institucionalização. Com o advento do conceito de Plano Diretor ganha força as dimensões políticas e técnicas (transitando para o planejamento estratégico). Conforme Brasil (2004), um exemplo que exprime o escopo deste período é a ocorrência dos conselhos municipais. A autora, também, aponta uma perspectiva instigadora ao considerar a dimensão da racionalidade, para além de uma visão instrumental, ao citar Habermas e a possibilidade da ação comunicativa. Assim, cai o véu da racionalidade como representação, exclusiva, de uma perspectiva instrumental de meios e fins. Ao se admitir a possibilidade de múltiplas racionalidades como escopo do planejamento, ao contrário de uma perspectiva sectária, vem à tona a dimensão da transposição de um *tabu*.

Contudo, é fundamental reafirmar o caráter da gestão democrática que, definitivamente, se insere na pauta da administração municipal. As transições do escopo do planejamento, nos anos de 1990, para Maricato (1997) ocorrem no âmbito da escala (espacial e econômica). Ao citar Harvey (1991), a autora admite o declínio do “grande capital, do grande governo e do grande trabalho” (dos sindicatos). Assim, pressupõe-se que o foco verte para a escala local. O contexto local expõe, na realidade brasileira, o embate entre o espaço privado e o espaço público. Para Brasil (2004) esta dimensão esbarra na caixa de pandora da propriedade. Assim, deve-se admitir o direito de propriedade ou o direito à propriedade?

O direito à cidade, no caso brasileiro, tem a ver com a produção do espaço urbano pela sua dimensão geométrica (discurso comum e empírico), mas, principalmente, pelo acesso dos cidadãos ao solo. Assim, o que é designado, por alguns, como “desordem” ou “caos” é, por suposto, a “periferia incógnita”, isto é, a somatória dos “sistemas de desigualdades” e dos “sistemas

de exclusões.” Entretanto, a periferia, para além da geometrização, é uma construção dialética na *práxis* e, portanto, de nuances de uma transgressão inclusiva o que se considera, desta forma, é a capacidade da população de reagir (em algumas cidades brasileira se manifesta no centro), de algum modo, à exclusão compulsória do acesso ao solo. As cidades brasileiras, seja qual for a dimensão escalar, expõem os dilemas da desigualdade, principalmente, do acesso ao solo urbano o que, entre outros problemas, não somente gera a exclusão como expõe a fragmentação do espaço na perspectiva dos bens e serviços públicos. Logo, a forma-conteúdo mais durável do processo de ocupação do território brasileiro e, portanto de construção da nação foi o pacto de poder que engendrou/perenizou as estruturas altamente concentradoras de renda e riqueza e de impedimento do acesso à propriedade e à plena cidadania dos direitos sociais, políticos e civis.

“Sob o céu que nos protege” da sustentabilidade é possível coadunar atores (e escalas) antagônicos no jogo da cidade? Visto por este ângulo o desenvolvimento sustentável é, em si, um paradoxo? Conforme Lynch (2001) é o que se poderia designar como ambientalização dos problemas sociais e setoriais, assim, ocorre a configuração do paradoxo. Para Lynch o problema vem à tona, quando ocorre a redistribuição sócio-espacial dos fatores ambientais, isto é, a análise estabelecida para a tomada de decisão. Mais uma vez o problema da escala se configura. Para a autora (p. 66), “é provável que movimentos ambientais locais coloquem muito mais ênfase em questões urbanas do que na conservação em locais distantes.” Assim, o espaço rural como o regional não se coadunam na perspectiva sócio-espacial.

Costa (2000, p.57) entre outros importantes questionamentos, na concepção desta análise, coloca a seguinte problemática: “[...] como incorporar a intervenção planejada daquela conquistada por meio das práticas sociais?” Logo, como incorporar a sustentabilidade institucionalizada das ações e reflexões do cotidiano? O que corrobora com a constatação de Lynch (2001) sobre a falta de informações e de monitoramento do espaço. Neste sentido, o urbano se torna abstrato, tendo em vista as suas múltiplas

fragmentações, o que conduz a particularização da localidade e o viés cultural das análises. A cidade é, na modernidade, uma construção ortodoxa do fluxo, da circulação, da história, do óbvio, para além, da *práxis*. Ao suprimir a *práxis* desvencilha-se o espaço do cotidiano. A cidade é a concretude do paradoxo da sustentabilidade, mesmo aquelas localizadas nos países centrais do capitalismo, pois defender a cidade é fazer, também, a defesa do projeto capitalista da modernidade? Seja como for, o espaço urbano e mesmo o rural, inseridos na “comodificação” do espaço desnubla o quão complexa é a sustentabilidade.

Portanto, o acesso aos bens e recursos públicos e os usos, que são feitos dos mesmos, constituem a base dos dramas humanos, no espaço urbano brasileiro, gerados pelo discurso da eficiência tendo como referencial a maximização dos lucros e a propriedade como direito. No cerne desta discussão está a complexa relação jurídico-institucional que envolve a terra no Brasil. Há aspectos associados ao problema do ordenamento territorial, a regularização fundiária, a posse, a renda da terra e um distanciamento da função social da terra. As formas de segregação sócio-espacial é um tema amálgama de vários elementos teóricos, quanto de políticas públicas, além da própria inserção no contexto capitalista de parcela da população de excluídos.

Há, por suposto, uma sensação perpétua de um **xequemate** (territorial no jogo do xadrez da cidade) que em persa shāh māt, significando *o rei está morto*, ou simplesmente **mate**. É uma expressão usada no enxadrismo para designar o lance que põe fim à partida, quando o Rei atacado por uma ou mais peças adversárias não pode permanecer na casa em que está, movimentar-se para outra ou ser defendido por outra peça. Se um jogador aplicar o xequemate e o adversário conseguir de algum modo escapar quem aplicou o xequemate automaticamente perdeu o jogo.

Todavia a organização do espaço urbano não é desencadeada tal qual a lógica de um jogo... ou será que sim? Partindo, então, deste pressuposto o compartilhamento das regras seria o primeiro pressuposto para

o dimensionamento das ações e reflexões democráticas, cidadãos e solidárias.

No caso brasileiro: a crise é da cidade ou de uma cidadania do espaço?

As análises sobre o urbano transcendem, faz algum tempo, o domínio de uma disciplina em especial, pois, a sua complexidade se acentua, quando se tem por objeto a inter-relação dos processos espaciais. Os significados, de urbano, rural, cidade, vão além da concretude da realidade, na contemporaneidade, suplantam os tradicionais referenciais econômico-setoriais. Não é plausível tecer significados definitivos ou categorias uma vez que são processos em curso. Por outro lado não se pode descolar a representação de urbano ou rural de um determinado contexto espacial. Assim, o que se tem são recortes fluidos por um lado e tendências a simplificações por outro.

Entretanto, para Lefebvre (1999) urbano, rural são continuidades/descontinuidades que se interagem. Segundo o autor a sociedade urbana; que é concomitantemente fato e tendência, orientação e virtualidade; suplantou a concepção de cidade e seu processo histórico. Assim, a cidade é “conquistada” pela “não-cidade”, a “anticidade”, a “desmesura”, isto é, a urbanização. Milton Santos (2002) nos diz que são rugosidades, isto é, formas, funções, processos, conteúdos que ficam do passado, que por isso arrebatam a história e estão em constantes transformações.

O sistema urbano é um sistema de contradições e está em crise? Se assim for, qual crise deve ser imputada, quando nos referimos ao sistema urbano? É um fato empírico ou uma construção teórica? A crise contatada talvez seja mais a busca por outros referenciais epistemológicos do que por uma necessidade social?

Entretanto, é possível identificar, simplificadamente, três crises:

O objeto da pesquisa urbana está em processo de dissipação;

As instituições se esfacelaram, mas refletem, de certo modo, as contradições do próprio sistema capitalista;

Os conceitos se esgotaram.

Ao aproximarmos estas constatações,

com a realidade brasileira, a questão urbana no país passa por uma crise ou por um processo de sobreposição de prioridades? As cidades brasileiras, seja qual for a dimensão escalar, expõem os dilemas da desigualdade, principalmente, do acesso ao solo urbano o que, entre outros problemas, não somente gera a exclusão como expõe a fragmentação do espaço na perspectiva dos bens e serviços públicos? O urbano é mais um modo de vida ou materialidade? Seja como for é sempre permissivo dialogar com as perguntas.

A seu turno, Santos (2007) conclama a uma nova teoria crítica para enfrentar a complexa realidade e reconhece que, o sistema capitalista é composto por múltiplos sistemas. Contudo o autor enfatiza dois sistemas, que são o cerne das contradições do capitalismo, o de “desigualdades” e o de “exclusão.” Analisa Santos (2007, p. 63) que, o sistema “típico” de desigualdades possui uma “integração social hierarquizada” onde “[...] o que está embaixo está dentro, e tem de estar dentro porque senão o sistema não funciona.” Não há, segundo o autor, “[...] capitalistas sem trabalhador, e Marx foi um grande teorizador disso. Mas há um sistema de exclusão, de domínio hierarquizado, onde o que está embaixo está fora, não existe: é descartável, é desprezível, desaparece.”

Considerações finais

O direito à cidade, no caso brasileiro, tem a ver com a produção do espaço urbano pela sua dimensão geométrica (discurso comum e empírico), mas, principalmente, pelo acesso dos cidadãos ao solo. Assim, o que é designado, por alguns, como “desordem” ou “caos” é, por suposto, a “periferia incógnita”, isto é, a somatória dos “sistemas de desigualdades” e dos “sistemas de exclusões.” Entretanto, a periferia, para além da geometrização, é uma construção dialética na *práxis* e, portanto, de nuances de uma transgressão inclusiva o que se considera, desta forma, é a capacidade da população de reagir (em algumas cidades brasileira se manifesta no centro), de algum modo, à exclusão compulsória do acesso ao solo. A marca principal do processo de

ocupação do território brasileiro e, portanto de construção da nação foi o perverso pacto de poder que engendrou/perenizou as estruturas altamente concentradoras de renda e riqueza dificultando e mesmo impedindo o acesso à propriedade e à plena cidadania dos direitos sociais, políticos e civis.”

Assim, o espaço urbano se configurou e se configura como o embate entre o público e o privado, de um lado o Estado e a sua burocracia impregnada de agentes que visam os interesses particulares e o setor privado que reforça, via discurso da propriedade, a necessidade de expansão da demanda descolada da totalidade. Logo, são parcelas do solo urbano que, a partir da

demanda, se caracterizam em pseudo-configurações do espaço, pois, não há uma interação com o todo da cidade.

De fato a tensão entre público (coletivo) e privado parece ser, momentaneamente, resolvida, quando o cidadão vislumbra a propriedade (lote, casa, apartamento, terreno) como uma forma de fazer parte da cidade. Destarte, o acesso à cidade se faz via propriedade o que, poderia explicar a “omissão” do Estado, por um lado, e a “lógica da desordem” a partir dos interesses do capital imobiliário. Distante de uma dialética do espaço e das contradições inerentes.

Referências

- ARANTES, O. Cultura da cidade: animação sem frase. *Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 229-241.
- BAUDRILLAR, J. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio D'água, 1991.
- BENEVOLO, Leonardo. *Orígenes del urbanismo moderno*. Madrid: Celeste Ediciones, [1963] 1994.
- BRASIL, F. P. D. Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos noventa. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 6, n. 2, p. 35-52.
- CAMARGO, C.P.F. et al. *São Paulo 1975 – crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- CAMPOS F. C. M. *Cidades brasileiras: seu controle ou caos*. São Paulo: Nobel, 1989.
- CARDOSO, A. L. Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. *Cadernos IPPUR*, ano XI, n. 1 e 2, Rio de Janeiro, p. 79-111.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, n. 45, 1996.
- COSTA, H.S.M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 55-71, 2000.
- COSTA, G.M. Exclusão sócio-espacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema. In: _____. VII ENCONTRO NACIONAL ANPUR, Anais... Recife: MDU/UFPE v.2, p.1421-1436, 1997.
- COSTA, H. S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: _____. MONTE-MÓR, R, L. (coord) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, P.51-78, 1994.
- COSTA, H. S. M. A reforma urbana e a busca da cidadania. *Revista Indicador*, n. 27. Belo Horizonte: ALEMG, 1988.

- HARVEY, D. Espaços urbanos na “aldeia global”: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo do final do século XX. Mimeo (Transcrição de conferência proferida em Belo Horizonte), 1995
- HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- HARVEY, David. *Los limites del capitalismo y La teoria marxista*. São Paulo: Global, [1982] 1990.
- KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, [1972] 2001
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 1999.
- LYNCH, B. D. Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: _____. ACSELRAD, H. A. (org) A duração das cidades: a sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A/CREA-RJ, 2001.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: _____. ARANTES, O. et. al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARICATO, E. Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR, ano XI, n. 1 e 2, janeiro, 1997.
- MARICATO, E. Reforma urbana: limites e possibilidades – uma trajetória incompleta. In: _____. RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JR, O. (org) Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A., SEABRA, O. C. L. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. P. 13-41.
- MONTE-MÓR, R. L. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. Etc... espaço, tempo e crítica, v. 1, n. 1. 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social; tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2002
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Cadernos IPPUR/UFRJ, 2001-2/2002-1, p. 13-32

Recebido em 27/09/2011
Aprovado em 18/10/2011